



UM SONHO PRONTO A EXPANDIR-SE



ALEXANDRA SIMÕES, ARMANDO LEANDRO, LUÍS VAZ DAS NEVES, MANUEL COUTINHO E MATILDE PIMENTA

**HOMENAGEM A MANUELA EANES PÁG. 2 • REDE CONSTRUIR JUNTOS PÁG. 6/7
CRIANÇAS DESAPARECIDAS PÁG. 8/9 • PROJETO TALE PÁG. 13**

EDITORIAL

As Crianças são pequenos diamantes a emergir do carvão, teimosamente a demonstrarem que a Vida é sublime e que cada um de nós pode ajudar a reescrever a sua história através do amor, do carinho e da prestação dos mais elementares cuidados de que necessitam para poderem um dia ser adultos com dignidade. Como vice-presidente do IAC, funções que recentemente assumi e de que muito me orgulho, estou consciente da responsabilidade que me cabe em ajudar, em conjugação com

toda a equipa e membros do IAC, na concretização permanente deste poderoso sonho colorido e cintilante de Manuela Eanes, qual caleidoscópio de amor sempre pronto a expandir-se em novos sorrisos infantis. Manuela Eanes sabe – e nós com ela aprendemos – que as crianças são um baluarte de esperança para o novo mundo e por elas todas as batalhas e dedicação se justificam e serão ganhas em afeto.

O Instituto de Apoio à Criança, sonhado, criado e dirigido por Manue-

la Eanes, tem prestado, e continuará a prestar, um prestimoso serviço de cidadania à sociedade portuguesa. Neste número do Boletim do Instituto de Apoio à Criança podemos apreciar o muito que foi feito durante estes últimos meses, nas várias áreas em que o Instituto tem vindo a intervir, sempre em colaboração com outros parceiros e entidades da sociedade.

**LUÍS MARIA VAZ DAS NEVES
VICE-PRESIDENTE DA DIREÇÃO DO IAC**

HOMENAGEM A MANUELA EANES

Ao longo dos quase 35 anos de vida do Instituto de Apoio à Criança habituámo-nos, confortavelmente, a admirar e a respeitar Manuela Eanes por tudo o que ela representa e como presidente desta instituição.

Por sua exclusiva vontade, em fevereiro de 2017, deixou a presidência desta sua tão querida instituição. Mas continuará a ser um autêntico farol para todos nós, apontando-nos o rumo certo com vista a serem alcançados os objetivos desta instituição. Estamos certos de que, enquanto as forças lho permitirem – porque vontade e dedicação não lhe faltam! –, continuará a dar a sua prestimosa colaboração ao IAC e à nova di-

reção, enquanto fundadora e presidente honorária.

Por isso aqui prestamos uma singela, mas muito merecida, homenagem à nossa querida Amiga e Presidente Honorária do IAC, Manuela Eanes.

Criou, manteve e ajuda a manter uma instituição à sua imagem de abnegação, onde, à mingua de recursos, sobram os sorrisos e uma milagrosa eficácia de gestão do “pouco” que lhe é dado para os muitos que dele necessitam.

Tendo sempre em vista uma maior e melhor capacidade de resposta do IAC perante os desafios que hoje se colocam à sociedade, sobretudo no apoio às crianças, ousou sonhar e concretizou a realidade de uma nova sede para a instituição, capaz de centralizar toda a atividade necessária para levar a bom porto os seus fins beneméritos.

A homenagem que é devida a Manuela Eanes deve ser-lhe prestada, em primeiro lugar, por aqueles que a conhecem de perto, que assistiram e assistem às suas batalhas pela vitória do “Bem”, nessa que é uma história tão antiga como a Humanidade.

Por isso aqui estou eu hoje ao lado de todos os membros e trabalhadores do IAC, testemunhas privilegiadas e unânimes no reconhecimento de todo o trabalho que tem sido desenvolvido, durante anos e anos a fio, sem esmorecimentos nem lamentos.

Manuela Eanes é uma Mulher In-teira. E é a pensar nela que todos os que temos o privilégio de a conhecer lhe prestamos hoje, comovidos, a devida e reconhecida homenagem!

O Instituto de Apoio à Criança, sonhado, criado e dirigido por Manuela Eanes, tem prestado, e continuará a prestar, um prestimoso serviço de cidadania à sociedade portuguesa.

Manuela Eanes, por tudo o que tem feito – e continuará a fazer! – em prol das Crianças, é e será sempre uma figura incontornável da nossa sociedade que se quer cada mais solidária. E esta não pode deixar de lhe estar profundamente grata.

Bem-haja por ser como é, Manuela Eanes!

LUÍS MARIA VAZ DAS NEVES
VICE-PRESIDENTE DA DIREÇÃO DO IAC



BOLETIM DO IAC Nº 124
ABRIL/JUNHO 2017

diretor

Clara Castilho

editor

Cláudia Outeiro

coordenadores

Ana Filipe, Dulce Rocha, Isabel Oliveira, Manuel Coutinho, Paula Paço
colaboradores

Ana Rita Gil, Ana Sotto-Mayor, Isabel Porto, Joana Carneiro, Luís Maria Vaz das Neves, Maria João Cosme, Marta Rosa, Melanie Tavares, Nuno Domingues, Paulo Paço, Sara Matias, Vera Abecasis
edição

Instituto de Apoio à Criança

Largo da Memória, 14

1349-045 Lisboa

Tel. 213617880-Fax 213617889

Endereço Internet

<http://www.iacrianca.pt>

e-mail: iac-sede@iacrianca.pt

iac-boletim@iacrianca.pt

conceção gráfica e produção

Imaginário

fotolitos e impressão

Empresa Diário do Porto

depósito legal

Nº 74 186/94

ISSN 1645-068X

Nº de registo ERC: 118635

tiragem

1500 ex.



COLÓQUIO BRINCAR E MODOS DE SER CRIANÇA

DIA MUNDIAL DO BRINCAR 2017

Como dizia João dos Santos: "A criança precisa de ter espaço para criar tempo. Tempo para Brincar, tempo que seja TODO TEMPO INTEIRO. Para Sentir, Aprender, Pensar... nas coisas sérias da vida... no Brincar."

A defesa do direito de Brincar tem sido desde a sua criação, há mais de 30 anos, uma bandeira do Instituto de Apoio à Criança através do setor da Atividade Lúdica. Com a dedicação e trabalho de Natália Pais, que, infelizmente, nos deixou este ano, aprendemos que "Brincar é uma linguagem universal, facilitadora de vivências em comum (...) brincar, na verdade, é uma coisa muito séria".

Porque para nós Brincar é sério, temos procurado favorecer a criação de "espaço[s] para criar tempo" e oportunidades de "tempo para brincar". Assim, integramos os mais de 40 países que celebram o Dia Mundial do Brincar e temos procurado nos últimos anos sensibilizar toda a sociedade portuguesa em torno deste direito fundamental para todos, mas mais ainda quando somos crianças.

Este ano, para celebrar o Dia

Mundial do Brincar lançámos novos desafios para escolas, organizações públicas e privadas, espaços lúdicos e... nem o Palácio de Belém escapou! O nosso grande objetivo será sempre divulgar e promover o brincar como forma de desenvolvimento global salutar, como forma de ser feliz.

Conseguimos que 49 agrupamentos escolares, de norte a sul do país, comemorassem, durante uma semana, o Direito de Brincar sob o mote "A Brincar também se aprende" e envolvendo não só alunos e professores, mas toda a comunidade educativa. Cada dia foi motivo para brincar e refletir a importância do mesmo na forma como se aprende. Brincaram na escola com jogos de casa e levaram para casa como "tpc" brincar em família, uma atividade que estreita tanto os laços de afeto. Olharam para os livros como objetos lúdicos, onde a brincadeira está sempre eminente, e

fizeram do recreio um espaço de paz com jogos cooperativos. Um desses jogos foi proposto por nós para efeitos de um concurso, e com a ajuda preciosa da Science4You, três escolas foram premiadas com kits lúdicos.

E o que dizer das organizações, públicas ou privadas, que pararam pelo menos 5 minutos para brincar sob o lema "Brincar é produtivo"! Defendemos que foi a brincar a sério no pátio da escola, na rua do nosso bairro, na nossa casa com os nossos amigos que desenvolvemos competências para hoje, enquanto adultos, sabermos trabalhar em equipa, superar desafios, desenvolver estratégias vencedoras e sermos mais felizes e produtivos. Por isso, porque não continuarmos a desenvolver estas capacidades enquanto adultos no nosso local de trabalho?!

Também vários espaços lúdicos foram assinalando

P. 15



COLÓQUIO BRINCAR E MODOS DE SER CRIANÇA

Nos dias 26 e 27 de maio, decorreu em Coimbra, no Auditório da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, o Colóquio Brincar e Modos de Ser Criança, que pretendeu assinalar o Dia Mundial do Brincar, 28 de maio, com o objetivo de refletir sobre o BRINCAR como direito das crianças, como expressão do seu modo de ser e estar e como estratégia cientificamente fundamentada de educação e de integração social. No âmbito de parceria com os Centros de Formação Nova Ágora e Minerva, de Coimbra, foi também direcionado para docentes e educadores de infância.

Pudemos contar com a presença de Vasco Alves, da direção do IAC, João Paulo Janicas, diretor do Centro de Formação Nova Ágora, Jorge Alves, vereador da Educação da Câmara Municipal, Antonino Silvestre, da direção da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra – APC, e António Gomes Ferreira, diretor da

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Carlos Neto, da Faculdade de Motricidade Humana, defendeu que é necessário “reinventar a escola” e permitir uma maior participação das crianças, dado que as crianças portuguesas são das que têm níveis mais baixos de mobilidade e autonomia da Europa, pelo que é urgente investir no “jogo da atividade física”, evitando a “superproteção e a cultura do medo, a maior praga deste século”. Segundo dados que apresentou, 70% das crianças portuguesas brincam de forma livre menos de uma hora por dia.

O painel “Os Jogos Tradicionais em Contextos Educativos” contou com Cristina Leandro e Francisco Campos da ESEC, Ana Rosa Jaqueira, da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da UC, e Ângelo Santos e Sérgio Fernandes da Divisão de Desenvolvimento Humano, Social e Cultural da CM de Anadia. Neste painel lembrou-se as poten-

cialidades dos jogos tradicionais e lengalengas como parte integrante “do património da herança cultural”, o que possibilita experimentar, criar, observar, criticar, recriar, transgredir e transformar”.

Na conferência “A Interação da Criança-Espaço no Jardim de Infância: onde fica o Brincar?”, Aida Figueiredo, do Departamento de Educação e Psicologia da UA, salientou a importância dada aos espaços exteriores do jardim-de-infância, que devem ser “diversificados, estimulantes, desafiadores, que incorporem elementos da natureza e que convidem ao movimento e à exploração”.

A conferência de João Amado, “Brincar e ser Criança no início do século XX em Portugal”, contextualizou obras da literatura do início do sec. XX, nomeadamente de Aquilino Ribeiro e Soeiro Pereira Gomes, deixando-nos na memória que “o brincar” é um património que não só não podemos perder, porque vem de tem-



pos imemoriais, mas que temos o dever de “transportar” para a vida das nossas crianças do século XXI.

No tema “A Musealização do Brincar: Como? Para quê?”, Madalena Cunhal, do Museu do Brinquedo de Seia, Alberto Nórdio, da Casa do Brinquedo e da Brincadeira de Vila Verde, Ana Barros e Carlos Rocha, do Museu do Brincar em Vagos, abordaram o novo conceito dos museus de brinquedos com espaços interativos para as crianças brincarem e fazerem os seus próprios brinquedos.

Manuel Sarmento, da Universidade do Minho, na conferência “A Cultura Lúdica nas Culturas da Infância”, apresentou variadíssimos contributos, nomeadamente para a prática profissional docente, na apresentação de diversos estudos no âmbito da Sociologia e da Cultura da Infância.

Sandra Marlene Barra, do Instituto de Educação da UM, apresentou

a conferência “Brincadeiras na latitude zero Africana: Ser Criança em São Tomé e Príncipe”, onde se pode observar como as crianças de São Tomé brincam de uma forma tão livre e desestruturada.

O painel “Atividade Lúdica como estratégia de Integração” contou com as participações de Ana Lourenço, do IAC, António Damásio e Rui Mendes, da ESEC, e Fátima Vilaça da APCC e revelou-se muito enriquecedor por, quer a nível de status social (nas mais diversas circunstâncias da vida das crianças e jovens), quer com crianças com deficiência, terem sido apresentadas boas práticas e estratégias facilitadoras de inclusão (adaptação de brinquedos e jogos, ludotecas...).

O colóquio teve ainda dois momentos culturais/lúdicos muito ricos, com a participação de crianças e jovens, nomeadamente a Orquestra Magis do Colégio da Imaculada Con-

ceição, e uma “Apresentação de um Quadro Etnográfico sobre o Brincar”, pelo Grupo Folclórico e Etnográfico do Brinca, que permitiu uma recriação de um retrato vivo da nossa cultura.

A sessão de encerramento foi muito enriquecedora, com intervenções de João Amado, da FPCEUC, Paula Duarte, do IAC, e José António Marques, do Centro de Formação Minerva.

Os temas abordados no colóquio permitiram realizar uma caminhada sobre a evolução do conceito de brincar, passando de uma visão redutora para uma perspetiva de brincar enquanto atividade rica e estimulante, que promove o desenvolvimento e aprendizagem, na qual a criança está envolvida e demonstra prazer. Como foi dito durante o Colóquio, “tudo parece alinhado para considerar o Brincar como património Mundial da Humanidade”!

A EQUIPA DO IAC-FCJ

JUNHO, MÊS DA CRIANÇA

O IAC em Coimbra celebrou o Dia Mundial da Criança em dois locais emblemáticos da cidade, o Parque Verde e o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, com um programa especial de atividades, tendo como destinatários cerca de 150 e 200 crianças, respetivamente, entre os 3 e os 10 anos. Contaram com a colaboração da turma do 1.º ano do Curso Profissional de Técnico de Animador Sociocultural da Escola Secundária D. Duarte de Coimbra.

SESSÕES SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

No âmbito do Plano Anual da Comissão Social da Freguesia de Santo António dos Olivais de Coimbra, foram dinamizadas duas sessões relativas aos Direitos da Criança, tendo sido explorado o conto infantil *Tanto, Tanto*. Delas beneficiaram um total de 50 de crianças do Jardim de Infância dos Olivais e 124 do Jardim

de Infância de Montes Claros.

A CRIANÇA NO CINEMA

O Ciclo de Cinema “A Criança no Cinema”, uma iniciativa do IAC de Coimbra, foi programado pela Fila K Cineclube e contou com as parcerias da APAV, CPCJ de Coimbra e da Plataforma de Apoio a Jovens Ex-Acolhidos. Teve como objetivo contribuir para a reflexão sobre as diferentes formas de representação da Criança no Cinema. As sessões decorreram no Auditório do Conserva-

tório de Música de Coimbra, com os filmes “Ponette”, “O Espírito da Colmeia” e “Ser e Ter”.

COIMBRA A BRINCAR

Para divulgar o Projeto “Coimbra a Brincar”, foram dinamizadas atividades lúdicas, “Vamos todos brincar no pátio da escola”, na Escola EBI/JI Prof. Doutor Ferrer Correia, do AE Miranda do Corvo e no AE Escalada na Pampilhosa da Serra, em parceria com as respetivas equipas GAAP.

A EQUIPA DO IAC - FCJ



ENCONTRO COMEMORATIVO DOS 20 ANOS DA REDE CONSTRUIR JUNTOS

No dia 30 de junho, assinou-se os 20 Anos da Rede Construir Juntos (RCJ), com a realização de um Encontro Comemorativo, que decorreu no Auditório do Instituto Português do Desporto e Juventude, em Lisboa.

A sessão de abertura contou com a presença de Manuela Eanes, presidente honorária do IAC, Augusto Fontes Baganha, presidente do Conselho Diretivo do IPDJ, Hugo Carvalho, presidente do Conselho Nacional da Juventude, e José António Vieira da Silva, ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Manuela Eanes, no seu discurso sábio, salientou que uma das grandes prioridades da Europa tem de ser o Social, num trabalho responsável e humanizado, enfatizando a importância que a constituição da Rede Construir Juntos teve para a promoção da intervenção, não só do IAC mas também das demais entidades parceiras. Vieira da Silva evidenciou a enorme importância de se estabelecer um diálogo aberto com as redes da sociedade civil, numa lógica de cooperação com os poderes instituídos.

Terminada a sessão de abertura, um grupo de jovens subiu ao palco para ofertar a cada um dos presentes uma flor, portadora das suas mensagens, como símbolo da sua Voz. Seguiu-se um Momento Musical com a atuação de representantes da Rede Juvenil Crescer Juntos.

AS VÁRIAS ETAPAS DA CRJ

O 1º painel – “20 Anos a Construir Juntos” – teve a participação de Matilde Sirgado, coordenadora do IAC -Projeto Rua, Paula Nobre de Deus, da direção da Associação Chão dos Meninos de Évora, e Carlos Caixas, psicólogo e consultor para a intervenção profissional de pessoas vulneráveis.

Matilde Sirgado levou-nos numa “viagem” pelas várias etapas do crescimento da RCJ, com “escala” obrigatória em momentos fulcrais da vida desta Rede. Convidando-nos a participar num “regresso ao passado”, recordou o momento de formalização pública da Rede, destacou a tipologia de ações levadas a cabo, demonstrando a capacidade que esta Rede sempre demonstrou em anteci-

par respostas adequadas aos problemas sociais emergentes, promovendo a transferibilidade de metodologias a nível nacional e internacional, reforçando a inevitabilidade do trabalho em parceria.

Frisando a importância do registo de todos os momentos que ajudaram a Rede a crescer, Paula Nobre de Deus desafiou os presentes a “regressar ao futuro”, a renovar o compromisso de partilha, a ligar esta Rede a outras redes por forma a ter uma visão concertada dos problemas e a assumir uma postura de *lobby* para que possamos ter uma política pública, para as crianças/jovens e suas famílias, que garanta uma transversalidade necessária no âmbito dos Direitos.

Carlos Caixas proferiu a comunicação: “Construir Juntos(,) o Portugal Social e a Europa”. Recordou a importância que a RCJ teve para o crescimento da ArteNave de Moimenta da Beira. Abordou a necessidade de financiamento das redes para que possam efetivar o seu trabalho e que os projetos deveriam ser tomados pelas instituições e não por pessoas.

No período da tarde, Paula Duar-



UNTOS

te, coordenadora do IAC-Fórum Construir Juntos em Coimbra, Alexandre Gencer e Maria Lopes, representantes da Rede Juvenil, abordaram o tema “Rede Juvenil Crescer Juntos – Os Jovens como Agentes de Mudança”.

Paula Duarte fez um balanço dos sete anos de Rede Juvenil e evidenciou a importância/dedicação do trabalho desenvolvido pelos jovens da Rede Juvenil Crescer Juntos (RJCJ).

Alexandre Gencer partilhou com os presentes as mais-valias de pertencer a uma rede, na qual os jovens têm uma participação ativa em todo o processo e se sentem representados. Considerou ainda que é pertinente que todas as instituições tenham conhecimento do trabalho umas das outras para que possam ser mais eficazes e não duplicar ações.

Maria Lopes deu o seu testemunho, enquanto membro da Rede Juvenil, conseguindo passar a mensagem de uma forma emotiva e criativa.

A coordenadora do Núcleo da EAPN de Lisboa, Maria Joaquina Madeira, apresentou uma comunicação sobre “O Valor Acrescentado do Trabalho em Rede”. Realçou que as instituições desenvolveram novas competências que só são possíveis com um trabalho em rede e que alguns dos problemas se resolvem inovando. Considerou que esta Rede é uma rede vitoriosa, pois contempla a ação humana, os afetos, a cooperação e a coragem de inovar.

Hermano Carmo, professor catedrático, abordou a temática “As Parcerias na Educação para a Cidadania”. Referiu que não é possível lidar sozinho com problemas complexos. Daí a importância de um cidadão, para exercer o seu dever de cidadania, ser autónomo, solidário e socialmente responsável. Para concluir, referiu que a “chave da sustentabilidade de qualquer parceria está na ca-



pacidade de ser autêntica, ou seja a sua prática tem de corresponder à sua retórica”.

Paulo Teixeira, consultor Logframe – Consultoria e Formação –, falou sobre “RCJ – Que perspectivas para o Futuro?”. Referiu que estamos num contexto de mudança nas formas de pensar e agir na área social. Neste sentido, considerou a RCJ um bom exemplo de resiliência e de adaptabilidade. Para o futuro, considerou que a Rede deverá ser sustentável, ganhar escala, ter aumento de eficiência e eficácia, de forma a responder rapidamente a novos desafios.

Neste sentido, as redes não são uma opção, mas sim uma inevitabilidade.

Na sessão de encerramento, contamos com a presença de Dulce Rocha, presidente do IAC, Cinelândia Cogumbreiro, presidente do IAC Açores, José Carreiro, presidente do CASLAS –Lagos, João Afonso, vereador dos Direitos Sociais CML, Pedro Folgado, diretor do Departamento da Juventude do IPDJ, e João Paulo Re-

belo, secretário de Estado da Juventude e do Desporto.

Foi realçado o facto de a RCJ, nos seus projetos, dar voz aos jovens, respeitando o direito à participação e opinião das crianças, numa lógica de empoderamento da juventude.

Em jeito de conclusão e, como afirmou Hugo Carvalho, “olhar para a descendência de uma rede é olhar para o futuro”.

Paralelamente à realização do Encontro, esteve patente ao público uma exposição, sobre o percurso da Rede ao longo de duas décadas, ilustrada com imagens das atividades mais emblemáticas. Considerou-se ainda importante e oportuno, pela temática abordada, a divulgação do livro Crianças em Situação de Rua: O caso do IAC – Projecto Rua “Em Família para Crescer”, da autoria de Matilde Sirgado.

Salienta-se ainda a amável colaboração da Casa Pia de Lisboa, que proporcionou um saboroso *coffee break* servido pelos seus alunos..

É PRECISO PROTEGER CRIANÇAS QUE CHEGAM SOZINHAS

Foi assinalado o Dia Internacional das Crianças Desaparecidas com a X Conferência Crianças Desaparecidas, no Auditório Almeida Santos da Assembleia da República, dia 30 de maio. Centrou-se nas medidas de natureza jurídica e humanitária que são imprescindíveis para um digno acolhimento dos refugiados, com especial menção para as crianças não acompanhadas.

Na sessão de abertura (que contou por parte do IAC com a presença da sua presidente honorária, Manuela Eanes, e pela atual presidente da Direção, Dulce Rocha) assinalamos a presença da procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, da ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, de Ana Paula Lourenço, adjunta da ministra da Administração Interna, e de Jorge Larcão, vice-presidente da Assembleia da República.

A ministra da Justiça defendeu

que é preciso melhorar a capacidade de proteger essas crianças que chegam sozinhas a território nacional, através de melhores estratégias de acolhimento e acompanhamento. Também a procuradora-geral da República realçou a necessidade de um trabalho de articulação entre diversas instituições para combater o problema. Manuela Eanes realçou, ainda, que o combate a este flagelo tem que ser feito em parceria entre o Estado e a sociedade civil, porque “é um drama tão horrível, tão desumano, que tem que se trabalhar mais”.

Seguiu-se a conferência “Imigração e Direitos Humanos”, de Ana Rita Gil, doutorada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e assessora no Tribunal Constitucional, assunto que desenvolveremos nestas páginas.

Após o visionamento do filme *A Boa Mentira*, do realizador Phillipe

Falardeau, sobre a vida destas crianças nos campos de refugiados, este foi comentado por Fernanda Palma (professora catedrática da Faculdade de Direito de Lisboa), Rita Penedo (Chefe de Equipa do Observatório do Tráfico de Seres Humanos), Matilde Salema (estudante finalista da licenciatura em Enfermagem da Universidade Católica Portuguesa, que tem feito voluntariado em campos de refugiados na Grécia), e Dulce Mourato, investigadora do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Na sessão de encerramento, a Direção do IAC (Luis Vaz das Neves, Manuel Coutinho e Matilde Sirgado) foi acompanhada por Armando Leandro, presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos de Proteção das Crianças e Jovens, e Alexandra Simões, membro da Direção da Missing Children Europe.



DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS REFUGIADAS

O ano de 2016 revelou, face a ano anterior, um acréscimo de 129% de pedidos de asilo de crianças na União Europeia. Algumas delas chegam acompanhadas da família, outras vêm na companhia de parentes, e, por fim, são ainda muitas as crianças que veem totalmente desacompanhadas. Estas últimas são, na maior parte, do sexo masculino e adolescentes com idades entre 14 e 17 anos.

Os motivos que levam as crianças a abandonar sozinhas os seus países são diversos. Se, em relação a algumas, a decisão de migrar se alicerça na intenção de procurar melhores condições de vida, na maior parte dos casos estão em causa motivos que justificam concessão de proteção internacional. As crianças estão sujeitas a riscos específicos nos países de origem e nos países de trânsito, como perigo acrescido de morte ou de ofensa à integridade física, recrutamentos e casamentos forçados, extorsão e exploração.

Confrontados com um afluxo maciço e sem precedentes de pessoas, os Estados-membros fronteiriços não têm conseguido acolher de forma condigna as crianças que chegam aos seus territórios, ainda que as normas da UE sobre acolhimento de requerentes de asilo sejam suficientemente garantísticas. A Diretiva aplicável impõe que os Estados recebam essas pessoas num ambiente adequado, de forma a evitar uma “segunda vitimização” (o que requer o acesso à saúde e serviços de reabilitação, acompanhamento social e psicológico, educação, lazer, alimentação de acordo com idade, religião, alojamento adequado, com a família e separado de demais adultos e preservação da unidade familiar).

Ora, são devastadores para as crianças os efeitos de condições inadequadas de receção, em especial

a sobrelotação e insalubridade dos espaços, a exposição a temperaturas extremas, a detenção ou separação da família, principalmente quando isso constitui o culminar de uma odisseia em que poderão ter sofrido inúmeros perigos e abusos..

Terminado o período provisório de receção de requerentes de asilo, e uma vez acolhidas no território dos Estados-membros competentes, muitas vezes por força do mecanismo da recolocação, há que pensar nas soluções duradouras que devem guiar o futuro das crianças refugiadas, tendo permanentemente presente o seu superior interesse. O regresso ao país de origem apenas constituirá uma solução adequada quando já não haja motivo para recear que os seus direitos mais fundamentais aí possam ser violados e se existir pessoa idónea, com responsabilidades legais, que as possa acolher. Ainda assim, pode ocorrer que, por força da prossecução de estudos ou da manutenção de certos laços afetivos, sociais ou inclusive culturais entretanto desenvolvidos, o superior interesse da criança exija a sua permanência no país de acolhimento. Caso assim se conclua, a par do título legal estável decorrente do estatuto de refugiado, deverá ser equacionada a possibilidade de a criança poder adquirir, por naturalização, a nacionalidade do país de acolhimento. Deverá ainda ser promovida a manutenção ou reconstrução da unidade familiar, através da localização dos familiares e efetivação do reagrupamento familiar.

Nos casos em que não seja possível tal reagrupamento, deverão ser aplicadas a essas crianças as medidas de promoção e proteção adequadas previstas na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, preferencialmente em famílias de acolhimento e promovendo a união de fratrias. É neces-

sário ainda prosseguir ativamente a estabilidade de vida, que, necessária a todas as crianças, se apresentará com mais premência ainda no caso das crianças com estatuto de proteção internacional, muitas das quais se viram forçadas a abandonar os seus países em condições traumáticas, experimentando depois duras experiências na viagem até alcançarem o país de destino. Esse país não pode oferecer-se, pois, como um local de “segunda vitimização”, em que as mesmas crianças venham a sofrer novas experiências de instabilidade que tornem ainda mais difícil a sua vivência de desenraizamento.



Finalmente, de forma a assegurar a melhor forma de integração no país de acolhimento, deve ser garantido o acesso a medidas especiais de integração, como sejam, por exemplo, o ensino da língua, de hábitos, de costumes ou regras da sociedade. Um efetivo acesso à saúde, educação, atividades lúdicas em plenas condições de igualdade, ajudarão a recriar um ambiente são para as crianças que foram privadas do seu meio normal de vida, favorecendo a sua integração, proteção e desenvolvimento pessoal.

JOGO “REFUGIADOS”

No dia 20 de junho, foi lançado o jogo “Refugiados” no Parque Urbano Quinta da Marialva, em Corroios, com o apoio da EB Alto do Moinho (Agrupamento de Escolas de Vale de Milhaços), da Junta de Freguesia de Corroios e da Câmara Municipal do Seixal. Criado pela editora Ideias com História em parceria com o Instituto de Apoio à Criança, o jogo “Refugiados”

apresenta-se como um instrumento pedagógico com o objetivo de sensibilizar as crianças e os jovens para a situação dos refugiados. O jogo apresenta-se em três variantes: numa tela gigante, em que as crianças são os próprios peões de jogo de tabuleiro numa versão simplificada (versão júnior) e numa segunda versão de tabuleiro mais desenvolvida, esta última lançada apenas em

novembro, e que é dirigida a crianças, jovens e adultos.

O jogo gigante, com uma tela com 6X4 metros, pode ser jogado por equipas e desenvolve-se a partir de cartas que colocam perguntas com vários níveis de dificuldade conforme o público alvo (5-12 anos) e de desafios, que devem ser completados pelas crianças, simulando situações vividas pelos refugiados nas suas rotas de fuga, como a travessia do Mediterrâneo.

Na apresentação do jogo, dezenas de crianças do Agrupamento de Escolas de Vale de Milhaços jogaram a versão gigante do jogo e dinamizaram diversas atividades relacionadas com a temática dos refugiados sob a orientação de Zélia Santos, a quem muito agradecemos a permanente disponibilidade em colaborar com o instituto de Apoio à Criança.

Para mais informações ou requisitar o jogo, contactar: geral@ideias-comhistoria.pt



PARA SERES POPULAR NÃO PRECISAS DE MAGOAR

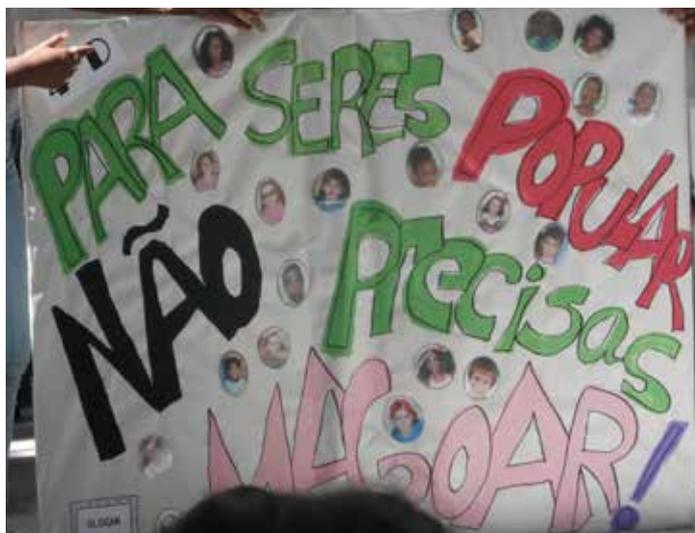
O Agrupamento de Escolas D. Maria II, no Cacém, e o IAC desenvolveram ao longo do ano letivo 2016/2017 o projeto de prevenção primária do *bullying* em contexto escolar “Bullying?! Aqui Não!!!”, que envolveu quatro turmas do 4º ano da EB1 Ribeiro de Carvalho e uma turma de 3º ano da EB1 Cacém n.º 1.

No primeiro período escolar, apresentou-se o projeto aos professores e associações de pais do Agrupamento de Escolas, dando-se início às atividades lúdico-pedagógicas com os alunos em janeiro, as quais contaram com a orientação de Cláudia Manata, do IAC-CEDI, e a participação de Cátia Vaz, autora do Jogo “A Brincar e a Rir o Bullying vamos Prevenir”, e da PSP do Cacém.

No dia 9 de junho, realizaram-se na EB1 Ribeiro de Carvalho e na EB1 Cacém n.º 1 as sessões de encerramento do projeto, que contaram com a presença dos pais e encarregados de educação. Através da música, da dança e do teatro, as crianças deram “voz” à mensagem contida no mote criado para este projeto: “PARA SERES POPULAR NÃO PRECISAS DE MAGOAR”.

Um agradecimento es-

pecial às professoras Ana Maria, Carla Cordeiro, Carla Martins, Margarida e Sara, que, com muito profissionalismo e dedicação, se envolveram neste projeto.



CRIANÇAS DESAPARECIDAS NA EUROPA

MAIS CANAIS DE INFORMAÇÃO REDUZEM FUGAS

Por ocasião do Dia Internacional das Crianças Desaparecidas, celebrado a 25 de maio por todo o mundo, a Missing Children Europe (MCE) (<http://missingchildren-europe.eu/>) lançou o seu relatório “Números e Tipologias de 2016”. Aqui se revela a evolução das tipologias que vão aparecendo nas diversas linhas de apoio 116 000 por toda a Europa.

As linhas de apoio às crianças desaparecidas, associadas à MCE, estão acessíveis em 31 países da Europa pelo número 116 000. Desde 2015, esta rede de parceiros tem apoiado um número cada vez maior de crianças. Em Portugal, é o Instituto de Apoio à Criança que desde 2004 atende estas chamadas com uma equipa multidisciplinar disponível para prestar apoio emocional, psicológico e legal às crianças e suas famílias.

Em 2016 houve um aumento de 12% no que toca aos apelos recebidos de crianças, comparativamente ao ano anterior. Os contatos duplicaram devido a canais de informação, como sms, email e chat.

Em 2016, as fugas representaram 57% dos casos reportados às linhas 116 000. Os raptos parentais foram o segundo grupo, com 23% dos casos.

De acordo com os relatórios divulgados pela UNICEF e INTERPOL, mais de 50% de crianças migrantes desaparecem dos seus centros de recolhimento na Europa em menos de 48 horas. Os casos de crianças migrantes aumentaram em 2% em 2015 e 7% em 2016.

Os números poderiam ser mais precisos, mas a falta de clareza nos papéis e responsabilidades das autoridades na prevenção e resposta a este grupo particularmente vulnerável

de crianças constitui uma grande preocupação, pois existe pouca proteção e resposta para os mesmos.

Os raptos criminais constituem menos de 1% dos casos reportados em 2016, enquanto que a tipologia perdidos/outra forma de desaparecimento constitui 13% do total das situações.

Um em cada 5 casos de crianças desaparecidas são de natureza transfronteiriça, revelando-se assim a importância da colaboração e cooperação entre os governos nacionais, as linhas de apoio, as forças policiais e outros serviços de proteção infantil, bem como com os mediadores de conflitos familiares internacionais.

Em 2016, 42% dos casos de crianças desaparecidas reportados às linhas 116 000 foram encontrados no mesmo ano, número inferior ao de 2015, que foi de 46%.

Enquanto mais crianças foram localizadas nas outras quatro categorias (raptos parentais, crianças perdidas, crianças migrantes não acompanhadas), regista-se um decréscimo significativo no número de crianças em fuga que foram encontradas, de 57% em 2015 para 46% em 2016.

FUGAS CONSECUTIVAS

Também relevante é o número acrescido de crianças que fogem três ou mais vezes consecutivas. Isto chama a atenção para um grupo vulnerável de crianças e jovens cujos problemas em casa ou com outras razões para fugirem persistem após a primeira fuga.

As crianças que fogem repetidamente, são forçadas a usar estratégias cada vez mais arriscadas para sobreviver, tais como dormir na rua

e mendigar, expondo-se assim ao risco da exploração sexual.

Estas Linhas de Apoio em diversos países (Bulgária, Chipre, Grécia, Roménia, Sérvia, Eslovénia e Espanha) não receberam qualquer apoio financeiro dos seus governos nacionais em 2016. Em alguns outros países, o financiamento das autoridades nacionais apenas suportou metade dos orçamentos.

FALTA FINANCIAMENTO

O financiamento é o principal desafio para as redes de linhas de apoio, que se deparam com o risco de falta de recursos humanos ou de ter de encerrar por não terem formas de subsistir.

Estas linhas de apoio 116 000 responderam a mais de 1 milhão de apelos relativos a crianças desaparecidas desde 2011.

Em 2016, 15 linhas de apoio receberam um subsídio da Comissão Europeia, que teve início em meados de 2016 e que terá a duração de 24 meses.

Ler o relatório estatístico (números e tipologias) do MCE de 2016 aqui: <http://missingchildren-europe.eu/Portals/0/Docs/Annual%20and%20Data%20reports/Missing%20Children%20Europe%20figures%20and%20trends%202016.pdf>

Vídeos de campanhas do MCE pelo youtube:

<https://www.youtube.com/watch?v=ARTDAYLmIWE>

<https://www.youtube.com/watch?v=cAsm63Craik>

Texto traduzido e retirado da Press Release do MCE com dados das estatísticas do SOS-Criança do IAC.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE IAC LISBOA E IAC AÇORES

O SOS-Criança recebeu, a pedido do IAC Açores, a técnica de serviço social Filipa Valadão, que veio visitar a linha do SOS-Criança, após estágio na linha SOS do IAC Açores, e ficará efetiva e responsável pelo funcionamento da linha no polo dos Açores.

A técnica assistiu à Conferência das Crianças Desaparecidas, orga-

nizada pelo IAC, e ficou durante a semana seguinte, até 9 junho, a fazer trabalho de pesquisa e reflexão junto das técnicas do SOS-Criança. Filipa Valadão teve também oportunidade de visitar os restantes sectores do IAC, uma vez que todos os coordenadores e diversos técnicos se mostraram extremamente dispo-

to dos seus sectores.

É salutar esta estreita relação entre o IAC Lisboa e o IAC Açores, cuja parceria e contato se fortalecem com este tipo de iniciativas que promovem a partilha de saberes e novos olhares sobre os mesmos problemas, os das crianças em Portugal.

MARIA JOÃO COSME

CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO BRITISH COUNCIL E IAC

Tendo em conta a vasta população de professores e alunos do British Council (BC) e da sua política de ação, foi proposto pelo BC o estabelecimento de um protocolo com o IAC, no sentido de se fortalecerem e enriquecerem as políticas de proteção à infância.

O BC é uma organização que promove a proteção das crianças, prevenindo na sua ação e tendo conhecimento dos riscos que as crianças e jovens podem correr, nomeadamente o abuso.

Sabendo da ação do IAC como instituição de superior interesse social, que defende e promove desde 1983 os Direitos das Crianças e dos Jovens, o BC tomou a iniciativa de estabelecer esta parceria, com a celebração de um protocolo que legitima ações como: promoção e divulgação da Linha SOS-Criança entre os clientes do BC; oportunidades de formação para ambas as instituições; explorar ações associadas, tais como o aniversário do CDC; atualizações na Agenda Nacional referentes à prote-

ção da criança, bem como da possibilidade de o BC fazer traduções para conferências do IAC; tradução de documentos de trabalho do IAC e organização de campanhas de recolha de brinquedos doados pelos alunos do BC, como forma de apoio ao IAC.

O protocolo foi assinado a 12 de abril, tendo já acontecido várias reuniões entre BC e SOS-Criança e realizadas duas recolhas de donativos monetários e brinquedos por parte dos alunos do BC para o IAC.

MARIA JOÃO COSME

ESTAGIÁRIOS DINAMIZAM O SOS-CRIANÇA

No âmbito do projeto de divulgação da Linha SOS-Criança, o nosso serviço promoveu ações de sensibilização, designadas por "Ação de Sensibilização sobre os Direitos da Criança", com o objetivo de sensibilizar as crianças e os jovens para as problemáticas com maior incidência na infância e juventude e divulgar os recursos existentes na comunidade para a promoção dos seus direitos.

Estas ações foram dinamizadas

pelo grupo de estagiárias académicas do mestrado de Psicologia, sob a supervisão de duas técnicas superiores de Psicologia do Serviço SOS-Criança, e destinaram-se aos alunos das turmas de 5º e 6º anos, com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos. As ações ocorreram no Agrupamento de Escolas Eça de Queirós, em maio e junho.

A equipa foi muito bem acolhida, tanto pelo corpo docente como pelos alunos, que se mostraram sem-

pre bastante participativos e curiosos, partilhando as suas experiências, conhecimentos, receios e dúvidas, enriquecendo cada momento propício de interação. No final, acreditamos ter conseguido chegar ao coração das mais de 100 crianças, a quem divulgámos a Linha SOS-Criança e o Instituto de Apoio à Criança, tornando-as mais sensíveis e atentas não só a si mas também aos que lhes estão próximos.

JOANA CARNEIRO E SARA MATIAS

JOVENS CONSULTORES DO PROJETO TALE/CCA

O projeto TALE (Training Activities for Legal Experts) procura levar ao grupo de profissionais que integram os *workshops* – profissionais na área do direito ou que acompanhem jovens em tribunal – as conclusões do grupo de consulta CCA-Child Consulting Activity, formado por 10 adolescentes. A conclusões a que chegaram são específicas deste grupo concreto, embora similares às de outros adolescentes que passaram por tribunais ou procedimentos judiciais.

São 5 rapazes e 5 raparigas, entre os 12 e os 18 anos. Todos estão voluntariamente nestas sessões de consulta e todos partilharam alguma esperança pelos resultados, para eles, ou para outros adolescentes, embora não saibam como isso possa acontecer. Provêm de agregados familiares em situação de vulnerabilidade económica e social, e são acompanhados pelo IAC-Projeto Rua, bem como pelas suas famílias, de vários modos.

Com este grupo trabalhou Isabel Porto, responsável pela CCA do Projeto TALE, e Ana Sotto-Mayor Pinto, coordenadora do Projeto TALE, entre janeiro de 2016 e março de 2017.

Muitas vezes a sua resposta à fragilidade que experienciam e nem sabem entender, quando colocados perante o profissional do direito, é a agressividade. O desafio ao adulto. O silêncio, atrás do qual se escondem, não por vontade própria, mas por medo. Por desconfiança, pois não acreditam no profissional que têm à sua frente. Sabemos ser difícil e demorar tempo a criar laços de confiança com jovens; perante este tipo de jovens, particularmente vulneráveis, é especialmente moroso. Não se habituaram a esperar nada de bom da vida. Nada lhes é dado de graça. Nem sempre é fácil gostar deles. E acreditam que, se fizeram algo que os leve ao tribunal, é apenas questão

de sorte ou azar serem acusados da prática de alguma infração ou a medida da pena que lhes seja aplicada. Porque aquelas dependem apenas da boa ou má disposição do juiz, do técnico da CPCJ ou do assistente social...

Este grupo terminou a atividade de consulta em março de 2017 com apenas 5 elementos. Dois desistiram, 3 foram institucionalizados no decor-



rer dos seus próprios processos.

Se no desenrolar do Projeto TALE concluímos que em Portugal temos “boas” leis, adequadas ao país, que integram as diretrizes da justiça amiga da Criança, porque nos trazem os adolescentes algumas destas conclusões do Child Consulting Activity? O que falha aqui? Compreendemos verdadeiramente as necessidades de adolescentes com as fragilidades que estes revelam? Sabemos de facto ouvi-los? Levamos em consideração o seu desenvolvimento psicológico, para além de físico e etário?

A experiência do IAC ao longo de muitos anos de trabalho e acompanhamento a jovens, em especial no Projeto Rua; a nossa experiência de profissionais em muitos anos de trabalhos com agregados familiares em condições similares às deste grupo com o qual trabalhamos, levam-nos a generalizar as conclusões deste grupo a muitos outros jovens. Não se trata pois de um grupo isolado nas conclusões a que chegaram.

Das conclusões que estes adolescentes nos trazem e o que nos disse-

ram, eis alguns exemplos:

Os adultos não têm em conta a nossa opinião.

“Os adultos até nos podem ouvir mas depois como têm a “última” palavra fazem aquilo que querem sem terem em conta a nossa opinião, aquilo que dissemos, que pensamos e que sentimos, as nossas razões, o nosso lado da história.”

“Achamos que eles não têm em conta a nossa opinião porque não nos explicam quais as soluções possíveis... Não contam connosco para encontrar a melhor solução. Também não nos indicam/explicam porque é que a nossa proposta não é aceite, porque é que não pode ser da forma que pensamos.”

A informação deve ser-nos dada em linguagem que a gente entenda.

“Devemos ser informados previamente sobre a possibilidade de sermos levados forçadamente, não é correto a polícia ir buscar-nos à escola, à frente de todos e levarem-nos sem sabermos de nada.”

“Devia de haver mais informação sobre os nossos direitos e deveres e também devia de haver mais formação para as pessoas saberem lidar com os jovens e com as crianças.”

O que fazemos? Não devemos procurar soluções novas para questões antigas?

INTERVENÇÃO EM CENTROS DE SAÚDE

O setor da Humanização tem desenvolvido ao longo dos anos inúmeros projetos de intervenção em espaços de atendimento à infância, como hospitais e Polícia Judiciária, entre outros. Tendo conhecimento desta iniciativa, o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Lisboa Ocidental e Oeiras contactou-nos, em março deste ano, no sentido de intervencionar os seus 16 Centros de Saúde.

Destacamos a importância deste projeto no cumprimento da Carta da Criança Hospitalizada, nomeadamente nas anotações ao artigo 7º, que referem que todas as unidades de dia ou outras áreas onde as crianças estejam a ser tratadas ou examinadas devem oferecer às crianças um ambiente que corresponda às suas necessidades físicas, afetivas e educativas, quer no aspeto do equipamento, quer no do pessoal e da segurança.

Nas anotações ao mesmo artigo salienta-se a importância de os momentos de brincar e de recreio terem disponível material de jogo apropriado e contemplar todos os grupos etários. Todo o pessoal em contacto com as crianças deve compreender as

suas necessidades lúdicas e recreativas e ainda “a arquitetura e o design interior das instalações devem ter em conta todas as idades e doenças”.

Assim, as propostas de intervenção do Sector nos espaços consideram dois níveis: decoração (desenhos pintados nas paredes, quadros e outros materiais decorativos) e disponibilização de material lúdico, tanto nas salas de espera como nas salas de vacinação, saúde infantil e em alguns casos também na sala de saúde materna.

Os Centros de Saúde de Algés (duas unidades) e o de Carnaxide foram os primeiros a serem intervenções. O resultado foi muito po-

sitivo e amplamente elogiado pelas equipas de saúde. Estão agendadas 3 novas intervenções: em julho o USF Jardim dos Plátanos (Linda-a-Velha) e em setembro as duas unidades de Paço de Arcos.

Contamos até ao final de 2018 intervencionar os restantes espaços, de acordo com as prioridades apresentadas pelo ACES Lisboa Ocidental e Oeiras, contribuindo assim para a melhoria das condições de acolhimento das crianças, bem como para o trabalho de excelência dos profissionais de saúde.

VERA ABECASIS



ENCONTRO DE GAAF “DOS DESAFIOS ÀS SOLUÇÕES”

No passado dia 4 de maio, o auditório do IPDJ de Lisboa esgotou a sua lotação para o Encontro de GAAF (Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família) subordinado ao tema “Dos desafios às soluções”, organizado pelo Sector da Humanização. Contámos com mais de 120 participantes que justificaram a sua presença essencialmente pela “escolha dos oradores” convidados.

A excelência das comunicações dos preletores foram ao encontro das expectativas de todos. Durante este dia pudemos ouvir especialistas a falarem sobre sexualidade e afetos desde o

pré-escolar (Vânia Beliz), a importância das regras e limites no desenvolvimento harmonioso da criança (Tiago Lopes Lino), educação para a cidadania (Jorge Rio Cardoso), educação e parentalidade (Nuno Colaço) e a felicidade enquanto desafio no trabalho social (Cristina Nogueira da Fonseca).

Apesar de ser um encontro pensado para técnicos de GAAF com protocolo formalizado com o IAC, foi aberto a todos os interessados com intervenção na área da infância e juventude, tendo participado técnicos de norte a sul do país e inclusive ilhas. Foi também um momento de partilha das

diferentes realidades do território.

Os participantes não pouparam elogios à organização do evento, referindo essencialmente como aspetos muito positivos a excelência das comunicações, o cumprimento do horário e o clima descontraído e simultaneamente de aprendizagem. Na avaliação quantitativa os participantes atribuíram uma média de 3,8 numa escala de 1 a 4 pontos, pelo que consideramos que esta iniciativa foi um sucesso e esperamos repeti-la no futuro.

MELANIE TAVARES

esta data. Houve até mesmo quem desenvolvesse seminários convidando técnicos de várias áreas a aprofundar os seus saberes e a valorizarem o lúdico como estratégia para trabalhar com os mais novos. O setor da Atividade Lúdica teve o prazer de poder colaborar com alguns desses eventos, como foi o caso em Oliveira de Azeméis no Seminário “Um Brincar, muitos brincades”, da organização do Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis, e em Coimbra no Colóquio “Brincar e modos de ser Criança”, organizado pelo IAC Coimbra.

Porém, a grande novidade deste ano foi a realização do Dia Mundial do Brincar nos Jardins do Palácio de Belém, numa ação conjunta entre o IAC e o Museu da Presidência da República.

No dia 28 de maio, das 10h às 17h, mais de 3800 pessoas foram até aos jardins mais emblemáticos do país para brincar.

O setor da Atividade Lúdica reuniu um total de 37 parceiros, cerca de 220 pessoas, para animarem os Jardins com muitos jogos, brincadeiras, música, livros, atividades artísticas e desportivas e até... massagens de relaxamento para crianças e adultos. Afinal Brincar a sério também cansa!

Agradecemos aqui, e de forma pública, a todos os nossos parceiros:

Ludoteca da Galiza; Hospital da Boncada; Bmind Games; Ideias com História; 1,2,3 Macaquinho do Xinês; Bagazul Associação; Rádio Miúdos; Satori Shiatsu; Gymboree; Jogonamesa; Science4you; Associação Ludus; Chicco; Ludoteca Fundação Marquês de Pombal; My Dynamic; Cenas a Pedal; Amália Rebolo – Instituto Piaget; Bene Farmacêutica, Lda; Fairies & Unicorns; ESELx – Projeto Sabistória e Pós-Graduação Marionetas e Formas animadas; Fundação Infantil Ronald McDonald; União de Freguesias Cascais e Estoril; Senseis Maria do Céu Ralha e Ricardo Nunes; Os Malmequeres; Susana Maria da Costa Mendes; Autismo – EPE; Ass. Pais EB1 Armando G. e JI José M. CTL; Associação Movimento Educação Livre; A viagem de Peludim – Sara Rodi e Vânia Beliz; MEO; Ludoteca Mariana Viegas – ESE de Santarém; e aos colegas do IAC-Projecto Rua e IAC-CEDI.

O nível de satisfação dos parceiros com esta iniciativa foi extremamente elevado, verificando-se uma avaliação global de 4,8 valores (numa escala de 1 a 5), tendo todos mencionado querer participar em futuras edições. A valorização do Brincar e o facto de o evento ser organizado pelo IAC e pelo Museu da Presidência foram as principais motivações de participação dos parceiros. Destacaram, ainda, como pontos po-

sitivos a “organização e apoio logístico”, a “diversidade de atividades propostas” e o “local do evento” e, como ponto a melhorar, a divulgação do evento.

Para nós foi profundamente gratificante perceber, no dia e nos testemunhos deixados na página de Facebook do Dia Mundial do Brincar, que bebés, crianças, adolescentes, pais, avós, e até mesmo adultos que ali foram sem crianças, tiveram momentos de grande satisfação e partilha.

Quando analisamos o que foi o Dia Mundial do Brincar 2017 em Portugal, acreditamos ter cumprido com o grande propósito deste dia, o mesmo que foi idealizado por Freda Kim – “Um dia relaxante, que enfatiza as relações interpessoais”.

Talvez por isso, o IAC, representante de Portugal na Associação Internacional de Ludotecas (ITLA), tenha sido convidado para ser o Coordenador Mundial do Dia Mundial do Brincar nessa Associação, ficando assim com a imensa responsabilidade de levar o Direito de Brincar a outras fronteiras e, quem sabe, com a ajuda de todos os que trabalham na área da atividade lúdica em Portugal, conseguindo o seu reconhecimento como dia oficial pela Organização das Nações Unidas.

MARTA ROSA

I A C P R E S E N T E E M É D I A

Mundial da Criança”.

- Dulce Rocha: *Diário de Notícias*, 18/05, “Menores vivem grande sofrimento”; Rádio Renascença, 17/05, “Violência doméstica / sobre as crianças”.
- Manuel Coutinho: *Jornal de Notícias*, 30/04, “Os filhos fechados em casa não estão mais seguros”; Entrevista da <http://rr.sapo.pt/>, 02/05, “Baileia Azul. dá conselhos aos pais”; *Público*, 24/05, “Por vezes, é mais perigoso as crianças navegarem na Net do que brincarem na rua”; TVI, 24/05, “A maioria das crianças desaparecidas são encontradas dois dias depois”; *Diário de Notícias*, 24/05,

“Mães são principais agressoras dos filhos dentro da família”; *DN* e *SIC Notícias*, 24/05, “Instituto de Apoio à Criança recebe 10 pedidos de ajuda por dia”; *DN*, 24/05, “Raptos parentais aumentam em 2016”; Entrevista do site <https://www.noticiasao-minuto.com/>; *JN*, 30/05, “Comportamentos auto-lesivos”; RTP2, “Eclesias”, 1/06, “Situação das crianças migrantes”; *Noticias ao Minuto*, 4/06, “Violência nas crianças”; RR sobre o papel dos pais.

- Matilde Sirgado, TVI – Discurso direto 24, 03/05, “Crianças desaparecidas e negligência familiar”; *Diário de Notícias*, 29/06, “Já não há crian-

ças de rua em Portugal, mas existem fugas preocupantes”.

- Melanie Tavares: <https://www.noticiasao-minuto.com/>, 06/05, “Suicídio é o limite de todo o sofrimento. Série expõe jovens ao risco”; TVI 24, 26/05, “Dia Mundial do Brincar”; com Marta Rosa, Deco Proteste, 12/06, “Spinner: o brinquedo da moda não é para todas as idades”.
- Fernanda Salvaterra: TSE, 01/06, “Crianças adotadas devolvidas”; RTP2-Eclesia, 01/06, “Riscos na internet: parentalidade”; *SIC Notícias*, Opinião Pública, 02/06, “Crianças adotadas devolvidas” e RTP 3, “Sex-ta às 11”.

25 ANOS DE INTERVENÇÃO DO PROJECTO RUA EM RETROSPETIVA

LANÇAMENTO DO LIVRO DE MATILDE SIRGADO

Decorreu no dia 29 de junho, na livraria Bulhosa do Campo Grande, o lançamento do livro *Crianças em Situação de Rua: O Caso do IAC – Projecto Rua “Em Família para Crescer*, da autoria de Matilde Sirgado Coordenadora do Projecto Rua.

No estudo e investigação apresentados neste livro pretende-se analisar a problemática das crianças em situação de rua na cidade de Lisboa, recorrendo à metodologia de intervenção desenvolvida pelo IAC- Projecto Rua ao longo de 25 anos.

Através de uma pesquisa exploratória de estudo de caso único, apoiada numa abordagem qualitativa teórica e analítica, é feita uma análise aprofundada do Projecto que visou a compreensão do seu papel na construção de percursos de inclusão, em torno das seguintes dimensões: como Observatório Social da problemática, como Laboratório Social, como Ser-

viços de Cuidados de Proximidade e como contributo para a adequação de Políticas Públicas.

Para além da equipa do Projecto Rua e representantes de entidades parceiras, a sessão contou com a presença da presidente honorária do IAC, Manuela Ramalho Eanes, tendo a apresentação da obra ficado a cargo do professor Hermano Carmo, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa



e orientador do mestrado que deu origem a esta obra, e da presidente da Direcção do IAC, Dulce Rocha.

Atualmente esta obra está disponível para venda através do IAC e Edições Silabo e a partir de setembro nas livrarias habituais.

PAULA PAÇÓ

I A C P R E S E N T E E M É D I A

- 03/04 – I Encontro dos N(H)ACJR Amadora e Sintra – Crianças e Jovens em Risco: qual o papel da saúde? Ana Perdigão, no Hospital Amadora-Sintra, “Enquadramento legal na promoção e proteção dos direitos da criança”.
- 03/04 – “Jornadas de Psicologia Clínica e da Saúde”, Lisboa: Melanie Tavares, “A Psicologia Fora do Gabinete. Outras Áreas de Intervenção”.
- 21/04 – Seminário Crianças e Jovens em Risco: Prevenção em Ação, Coimbra: Ana Perdigão, “Os Direitos das Crianças: a lei determina, a realidade revela. Quando a lei não houve o coração”.
- 28/04 – I Jornadas Plataforma PAJE – Apoio aos Jovens (Ex)acolhidos: 16

- Paula Duarte como moderadora ;
- 13/05 – Colóquio “Como dar voz às crianças na violência doméstica”, Paço de Arcos: Dulce Rocha.
- 15/5 – V Jornadas sobre a Família, EAPN de Portalegre: Isabel Porto, “Afinal Quem Manda Cá em Casa?”.
- 17-19/05 – 8º Congresso Nacional de Medicina do Adolescente, Leiria : Ana Perdigão, “Maus tratos na adolescência – o adolescente como vítima e como agente”.
- 02/06 – Encontro “Saúde, Género e Violência Interpessoal”, organizado pela DGS, Escola Superior Enfermagem de Lisboa: Ana Perdigão “Novos Olhares sobre as famílias”.
- 2/6 – Encontro “Direitos Sociais e Participação – Pobreza Infantil em

- Portugal”, Almada: Matilde Sirgado.
- 5/6 – Encontro SeguraNet – As Crianças e Jovens: Desafios e Riscos na Internet, EB Integrada / Vasco da Gama: Bruno Pio.
- 07/06 – Seminário sobre “Direitos Humanos / Direitos das Crianças I Migrações / Tráfico de Menores”, da CNAsti, Lisboa: Dulce Rocha, “Tráfico de Crianças/Exploração Infantil”.
- 13/06 – Ciclo de cinema “A Criança no Cinema”, Coimbra: com a participação de Paula Duarte como comentadora.

IAC MÉDIA

- Manuela Eanes, RTP1 – Agora Nós, 01/06, “IAC Dia